



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

DENERGE - DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO S.A.
 CNPJ/MF nº 45.661.048/0001-89

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2020 e 2019. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 18 de março de 2021. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)				
	Nota	2020	2019	
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	94	1.630	
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	5.325	83.563	
Tributos s a recuperar	5	1.702	2.383	
Dividendos a receber	6	14.310	196	
Outras contas a receber		9	8	
Total do circulante		21.440	87.780	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar	5	1.245	168	
Cauções e depósitos vinculados		19.800	18.650	
Investimentos	9	2.940.240	2.136.037	
Imobilizado	10	15	24	
Total do não circulante		2.961.300	2.154.879	
Total do ativo		2.982.740	2.242.659	
	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

Nota	Reservas de Lucros						Recursos resultantes	Outros resultados	Total
	Capital social	Transações de capital	Reserva legal	Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais	Lucros Propostos			
Saldos em 01 de janeiro de 2019	1.316.156	(449.696)	18.791	29.101	29.101	29.101	-	1.149.124	
Transferência de reservas, AGOE de 30 de abril de 2019	13.5	-	-	(66.002)	(160.498)	-	-	(226.500)	
Pagamento de dividendos	13.5	-	-	-	(160.498)	-	-	614.296	
Recursos destinados a futuro aumento de capital	7	-	-	-	-	-	614.296	(614.296)	
Aumento de capital conforme AGE em 05/11/2019	13.1	614.296	-	-	-	-	-	86	
Aumento de capital conforme AGE de 22/11/2019 de incorporação controlada	13.1	86	-	-	-	-	-	798	
Dividendos prescritos	13.2	-	3.141	-	-	-	-	3.141	
Novas aquisições de ações em controladas	13.2	-	680	-	-	-	-	680	
Opções de Ações Outorg. ILP	13.2	-	-	-	-	454.472	-	454.472	
Proposta de distribuição do lucro líquido									
Reserva legal	13.3	-	22.724	-	(22.724)	-	-	-	
Dividendos	13.5	-	-	-	(253.689)	-	-	(253.689)	
Reserva de lucros	13.2	-	-	178.857	(178.857)	-	-	(6.345)	
Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	13.2	-	(6.345)	-	-	-	-	132.937	
Recursos destinados a futuro aumento de capital	7	-	-	-	-	-	132.937	-	
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos									
Gainho e perda atuarial - benefícios pós emprego de controladas	13.6	-	-	-	-	-	-	(50.209)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.930.538	(452.220)	41.521	247.553	-	-	132.937	(81.538)	
Aumento de capital conforme AGE em 28/04/2020	13.1	132.937	-	-	-	-	(132.937)	-	
Pagamento de dividendos com saldo da reserva lucros conforme Reunião da diretoria em 13/08/2020	-	-	-	(14.827)	-	-	-	(14.827)	
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	536	-	536	
Reversão ORA - Plano de Saúde Reflexo	13.7	-	-	-	-	583	-	(198)	
Tributos s/ ORA - Plano de Saúde Reflexo	13.2	-	(5.730)	-	-	-	-	(5.730)	
Novas aquisições de ações em controladas	13.2	-	2.038	-	-	-	-	2.038	
Opções de Ações Outorg. ILP	13.2	-	-	-	-	-	-	597.654	
Lucro líquido do exercício								597.654	
Proposta de distribuição do lucro líquido									
Reserva legal	13.3	-	29.883	-	(29.883)	-	-	-	
Dividendos	13.5	-	-	-	(142.173)	-	-	(142.173)	
Dividendos Adicionais propostos	13.5	-	-	-	426.519	(426.519)	-	-	
Recursos destinados a futuro aumento de capital	7	-	-	-	-	-	-	-	
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos									
Gainho e perda atuarial - benefícios pós emprego de controladas	13.6	-	-	-	-	-	-	8.443	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.063.475	(455.912)	71.404	232.726	426.519	-	(73.095)	2.265.117	
	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 A DENERGE – Desenvolvimento Energético S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, brasileira, com sede na cidade de Cataguases - MG, sob o controle acionário da Energia S/A, que tem por objetivo a participação no capital de outras empresas. **1.1. Recuperação judicial de controladas:** Em 26 de novembro de 2012 a controlada Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia. Em fevereiro de 2016, a administradora Judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado e credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores inter pôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das empresas, o que já foi averbado junto às respectivas Juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29/07/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor inter pôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi interposto agravo em recurso especial pelo credor, de modo que no momento aguarda-se a intimação para apresentação de contrarrazão. A posição em 31 de dezembro de 2020 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial é como segue:

fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de Juros efetivos. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro ao custo amortizado é avaliado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração de resultados e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Desreconhecimento de ativos financeiros - a Companhia desreconhece um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo a outra entidade. Se a Companhia não transfere ou detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continua a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece seu direito no ativo e registra uma provisão para valores a pagar. Se a Companhia detém substancialmente todos os riscos e benefícios da posse de um ativo financeiro transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro igualmente e reconhece um empréstimo garantido para os rendimentos recebidos. **Avaliação do modelo de negócios:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e a fundamentação prática dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio de vendas de ativos; (ii) o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos de afetar o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro) devido a mudanças no modelo de negócios; e (iv) a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (v) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado como bem no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros** são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2020, compreendem empréstimos e instrumentos financeiros, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em uma hedge efetiva, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados para negociação e outros contos a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em uma hedge efetiva, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contrai e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desvio ou ágio na aquisição e taxa ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos contrai e concedidos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento** - um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação é cancelada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa das operações de capital nas controladas projetadas em moedas estrangeiras. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilização de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores econômico-financeiros e sensíveis aos resultados, em especial nas operações de derivativos. **Investimentos** - os investimentos em controladas, direta e indireta, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido das provisões para perdas, quando aplicável; **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável (nota explicativa nº 10). O custo líquido gastado ao não diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos adquiridos pela própria Companhia inclui: “O custo de materiais e mão de obra direta;” “Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;” e “Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e” Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado); não reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação - itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente; e **Redução a valor recuperável:** Ativo não financeiro: A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso o teste tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, li- quido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **Avaliação do valor em uso:** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e **Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.** Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado); não reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação - itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente; e **Redução a valor recuperável:** Ativo não financeiro: A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso o teste tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, li- quido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **Avaliação do valor em uso:** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e **Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.** Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado); não reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação - itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente; e **Redução a valor recuperável:** Ativo não financeiro: A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso o teste tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, li- quido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **Avaliação do valor em uso:** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e **Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.** Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado); não reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação - itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente; e **Redução a valor recuperável:** Ativo não financeiro: A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso o teste tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, li- quido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **Avaliação do valor em uso:** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e **Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.** Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado); não reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação - itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente; e **Redução a valor recuperável:** Ativo não financeiro: A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso o teste tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, li- quido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **Avaliação do valor em uso:** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e **Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.** Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado); não reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação - itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente; e **Redução a valor recuperável:** Ativo não financeiro: A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso o teste tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, li- quido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **Avaliação do valor em uso:** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e **Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.** Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado); não reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação - itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente; e **Redução a valor recuperável:** Ativo não financeiro: A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso o teste tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, li- quido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **Avaliação do valor em uso:** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e **Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.** Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado); não reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação - itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente; e **Redução a valor recuperável:** Ativo não financeiro: A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso o teste tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, li- quido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **Avaliação do valor em uso:** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e **Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.** Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado); não reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação - itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente; e **Redução a valor recuperável:** Ativo não financeiro: A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram

